

Biólogo recorre à Justiça *Direitos Humanos* para obter asilo político

■ Mandado de injunção diz que a presidente do Conare se omite

TINA BRAGA
Agência JB

FLORIANÓPOLIS – O biólogo venezuelano Ignacio Agudo Padron, que mora como refugiado há três anos na capital catarinense, vai entrar com um mandado de injunção, através do seu advogado, Alessandro Marceddu, contra a presidente do Comitê Nacional de Refugiados (Conare), Sandra do Vallé. Ela considera que o asilo político não cabe nesse caso.

Segundo Marceddu, a presidente, que também responde pela secretaria nacional de Justiça, estaria se omitindo no caso de Ignacio, que ao denunciar mundialmente a matança de gol-

finhos pela indústria pesqueira venezuelana na costa oriental do Caribe, precisou deixar seu país por receber ameaça de morte por fuzilamento do governador do Estado do Sucre, Ramón Martínez.

O biólogo Ignacio Agudo Padron quer a aplicação da Lei dos Refugiados para desenvolver pesquisas na área biológica no Brasil e continuar morando em Florianópolis com as duas filhas, Sayda Esther e Sayda Lina, e ainda a babá das crianças.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) também acompanha a tentativa de Ignacio Agudo Padron para regularizar sua situação no Brasil. No domingo passado, em uma reu-

nião em Brasília, a Comissão dos Direitos Humanos da entidade elaborou documento solicitando ao governo brasileiro a concessão de asilo político. Na ocasião foi lembrado que o Brasil é signatário do tratado da Convenção de Refugiados, de 1951, que regulamenta a concessão de refúgios políticos.

Marceddu também promete fazer contato com ONGs ecológicas atuantes no Brasil, com objetivo de aumentar a pressão sobre o governo. Ignacio Agudo Padron vive com R\$ 200 cedidos pelo Alto Comissariado para Refugiados da ONU e vem trabalhando por conta própria em projetos ecológicos na Ilha de Florianópolis.